

Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal

Anexo

Março de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6	Ativos Intangíveis	12
7	Locações.....	13
8	Custos de Empréstimos Obtidos	13
9	Inventários	13
10	Rédito.....	14
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	14
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	14
14	Imposto sobre o Rendimento	14
15	Benefícios dos empregados	15
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
17	Outras Informações.....	16
17.1	Investimentos Financeiros	16
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17
17.3	Créditos a receber.....	17
17.4	Outros ativos correntes.....	18
17.5	Diferimentos	18
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	18
17.7	Fundos Patrimoniais.....	19
17.8	Fornecedores	19
17.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	19
17.10	Outros passivos correntes.....	20
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração	20
17.12	Fornecimentos e serviços externos	20
17.13	Outros rendimentos.....	21
17.14	Outros gastos	21

17.15 Resultados Financeiros	21
17.16 Acontecimentos após data de Balanço	22

1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Irmandade, com sede em Rua Dr. Armando Gonsalves, nº83, 3140-574 Tentúgal, concelho de Montemor-o-Velho.

Está registada como Instituição Particular de Solidariedade Social na Direção Geral da Segurança Social, no Livro nº 1 das Irmandades da Misericórdia, sob o nº 3/85, a fls. 187 Verso e 188. É reconhecida de utilidade pública, nos termos do artº. 8º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83, de 25 de Fevereiro. A Instituição tem como atividade prosseguir os objetivos definidos no nº1, do artigo 3º do seu Compromisso:

- “Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo;
- Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
- Apoio à família e comunidade em geral;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa;
- Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
- Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres;
- Habitação e turismo social;
- Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
- Atividade agrícola.”

Handwritten signature and stamp:
A-9
Estabelecimento

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações contempladas pelo Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Código de Contas (CC);
- NCRF-ESNL; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

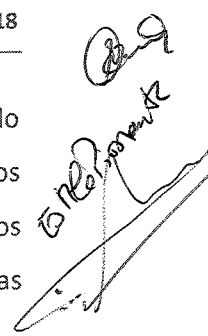
3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura

conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação

Handwritten signature and stamp in the top right corner. The signature appears to be 'A. J. ...' and the stamp contains the text 'EST. DE FIMENH'.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	10-8-7-5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8-7-5-3
Outros Ativos fixos tangíveis	8-7

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não aplicável

3.2.3 Propriedades de Investimento

Não aplicável

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Activos Intangíveis	

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição, acrescido de despesas associadas.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como

resultado:

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio; e
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

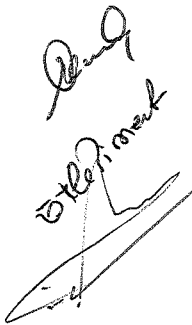
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “créditos a receber” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das possíveis Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de

Handwritten signature and stamp in the top right corner. The signature appears to be 'Armando' and the stamp is a circular official seal.

juízo efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Não aplicável.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Não aplicável.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Valor a pagar em janeiro, referente a Contribuições para a Segurança Social e Retenção de impostos sobre rendimentos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	173,87	50 000				50 173,87
Edifícios e outras construções	591 173,62			30 838,29		622 011,91
Equipamento básico	150 186,39	3.836,70				154 023,09
Equipamento de transporte	101 844,25					101 844,25
Equipamento administrativo	30 682,32		-184,50			30 497,82
Outros Ativos fixos tangíveis	6 918,36	1.281,48				8 199,84
Total	880 978,81	55 118,18	-184,50	30 838,29	0,00	966 750,78
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	345 668,10	30.028,38				375 696,48
Equipamento básico	123 864,20	7.921,97				131 786,17
Equipamento de transporte	67 369,75	11.491,50				78 861,25
Equipamento administrativo	28 113,74	1.178,02	-184,50			29 107,26
Outros Ativos fixos tangíveis	3 726,02	1.003,28				4 729,30
Total	568 741,81	51 623,15	-184,50	0,00	0,00	620 180,46

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	50 173,87					50 173,87
Edifícios e outras construções	622 011,91			11 517,56		633 529,47
Equipamento básico	154 023,09	14 394,80				168 417,89
Equipamento de transporte	101 844,25		-17 105,92			84 738,33
Equipamento administrativo	30 497,82	1 857,02				32 354,84
Outros Ativos fixos tangíveis	8 199,84	810				9 009,84
Total	966 750,78	17 061,82	-17 105,92	11 517,56	0,00	978 224,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	375 696,48	30 258,73				405 955,21
Equipamento básico	131 786,17	7 096,62				138 882,79
Equipamento de transporte	78 861,25	11 491,50	-17 105,92			73 246,83
Equipamento administrativo	29 107,26	993,48				30 100,74

Outros Ativos fixos tangíveis	4 729,30	1 759,28				6 488,58
Total	620 180,46	51 599,61	-17 105,92	0,00	0,00	654 674,15

Existe uma obra em curso, no Edifício nº80, no valor de 17.636,12€

6 Ativos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	2.876,03					2.876,03
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	2.876,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.876,03
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	2 876,03					2 876,03
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	2.876,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.876,03

2017

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	2.876,03	289,05				3.165,08
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	2.876,03	289,05	0,00	0,00	0,00	3.165,08

Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	2.876,03	96,34				2.972,37
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	2.876,03	96,34	0,00	0,00	0,00	2.972,37

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016			2017			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 009,33	42 834,51	0,00	1 049,42	42 032,87	0,00	1 264,81
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1 009,33	42 834,51	0,00	1 049,42	42 032,87	0,00	1 264,81
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				42 598,05			41 787,51
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	245 671,20	234 406,45
Quotas e joias	1 460,00	1 500,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Serviços secundários	11 197,50	10.361,50
Total	258 328,70	246.267,95

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
ISS, IP – CENTRO DISTRITAL	183.505,91	169.006,59
AUTARQUIAS	375,00	1.125,00
OUTROS (IEFP)	772,55	6.254,90
Apoios do Governo		
Total	184 653,46	176.386,49

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

Handwritten signature and initials, possibly 'Ste. F. Mendes'.

15 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram constituídos por 9 membros da Mesa Administrativa, 6 do Conselho Fiscal e 6 membros da Assembleia Geral. De um período para outro não se verificou a substituição de órgãos diretivos.

A Mesa Administrativa em 2016 era constituída pelo Provedor: Euclides da Cunha Santiago de Almeida, Vice-Provedor: António dos Santos Machado, Secretário: António Ângelo Fernandes Monteiro, Vice-Secretário: Carlos dos Santos Carreiras Faria, Tesoureiro: Carlos Gomes Tubarão, Vogais: António dos Santos Gaspar e Luís Carlos Monteiro da Costa e Suplentes: António Manuel Mendes Batista e António Ângelo Fernandes Monteiro.

Em 2017 manteve-se os membros da Mesa Administrativa.

O Conselho Fiscal em 2016 era constituído pelo Presidente: Abel Monteiro Faria, Secretários: Mário Mendes Garrote e Daniel Craveiro Garrote, Suplentes: Pedro Luís Mendes Nunes, Maria José Santos Saraiva de Sousa e Eduarda Chaves Pinto Gaspar.

Em 2017 manteve-se os membros do Conselho Fiscal.

A Mesa da Assembleia Geral em 2016 era constituída pelo Presidente: António Gonçalves Honório Monteiro, Secretários: António Manuel Gaspar Machado e Armando Nunes Gaspar, Suplentes: Armando Ribeiro Tinoco e Carlos Augusto da Silva Alves

Em 2017 manteve-se os membros da Mesa da Assembleia Geral.

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 24 e em 31/12/2016 foi de 25.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	208 891,12	202.393,89
Remunerações adicionais	11 424,57	11.981,88
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	227,88	796,23
Encargos sobre as Remunerações	48 950,96	47 055,61
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 587,52	2 289,60
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1 510,74	2 174,35
Total	273 592,79	266 691,56

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

Em 2017 a Instituição iniciou o projeto designado por POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas. Este consiste na distribuição de géneros alimentares às pessoas mais carenciadas, por organizações parceiras, bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social daquelas.

A SCMT constituiu-se como entidade parceira da Santa Casa de Montemor o Velho neste programa

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	495,18	299,80
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	495,18	299,80

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	1 134,00	1 178,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	1 134,00	1 178,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	12 649,98	7.104,60
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	9 551,01	14.136,51
Total	22 200,99	21.241,11

Na conta 2117 – utentes, existe um valor a crédito resultante de uma nota de crédito emitida em dezembro, após o pagamento da mensalidade por parte da utente, sendo a situação regularizada no exercício seguinte.

Handwritten signature and text:
 15/12/2018
 Instrument

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	1 771,17	714,43
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Outros Instrumentos Financeiros (TVI - Televisão Independente, S.A)	99,76	99,76
Total	1 870,93	814,19

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" (ativo e passivo) englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 905,34	2.852,05
Rendas e Alugueres	205,90	332,10
Trabalhos especializados	353,66	258,38
Comunicações	96,56	113,23
Limpeza, higiene e conforto	44,12	43,46
Outras despesas	0,00	205,55
Total	3 605,58	3.804,77
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	0,00	772,55
FEAC - POAPMC	1 546,61	0,00
Total	1 546,61	772,55

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1 108,60	378,23
Depósitos à ordem	20 720,89	47.051,79
Depósitos a prazo	125 598,46	114.552,62
Outros		
Total	147 427,95	161.982,64

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	502 241,71	0,00	-11 407,22	490 834,49
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	502 241,71	0,00	-11 407,22	490 834,49

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	4 994,99	2 967,77
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	4 994,99	2 967,77

Existe um valor a débito resultante de uma nota de crédito emitida em dezembro, após o pagamento ao fornecedor, sendo a situação regularizada no exercício seguinte.

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 544,20	2 711,01
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	4 544,20	2 711,01
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	980,00	1.015,51
Segurança Social	5 449,83	5 190,17
Outros Impostos e Taxas	26,65	20,68
Total	6 456,48	6.226,36

Handwritten signature and stamp in the top right corner of the page.

17.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		40 354,70		38.850,09
Outros credores		46,63		0,00
Total	0,00	40 401,33	0,00	38.850,09

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	184 653,46	176 386,49
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0
Legados	0,00	0,00
Total	184 653,46	176 386,49

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	28 665,99	30 281,59
Materiais	8 476,96	5 611,35
Energia e fluidos	32 326,41	30 103,11
Deslocações, estadas e transportes	204,47	497,30
Serviços diversos	32 131,71	29 501,64
Outros	1 924,02	1.634,18
Total	103 729,56	97.629,17

17.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	1 444,99	2 831,81
Descontos de pronto pagamento obtidos	127,85	30,28
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,30	5,15
Rendimentos em investimentos não financeiros	2 000	0,00
Outros rendimentos	9 392,29	19 473,03
Total	12 965,43	22 340,27

17.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	463,52	229,50
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	5 660	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	793,31	715,15
Total	6 916,83	944,65

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 463,71	3 084,65
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1 463,71	3 084,65
Resultados Financeiros	1 463,71	3 084,65

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Assembleia Geral da Irmandade em 25 de março de 2018.

Tentúgal, 25 de março de 2018

A Contabilista Certificada



A Direção

